

Plano de lutas aprovado no Encontro Nacional dos Servidores do IBAMA, em Brasília/DF, nos dias 8 e 9 de abril de 2006.

- ✓ Cobrar do governo o cumprimento dos acordos consensuados na Comissão de Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Categoria C), conforme Aviso Ministerial Nº O43/GM/MMA, de 13 de março de 2006, encaminhando ao Congresso Nacional até 20 de abril de 2006, instrumento de lei que contemple todas as propostas.
- ✓ Cobrar do governo que dê até 20 de abril de 2006 solução para os problemas classificados nas categorias A, B e D, constantes do relatório da Comissão de Reestruturação da Carreira.
- ✓ Cobrar a posição do governo quanto ao enquadramento dos servidores efetivos do MMA de níveis intermediário e auxiliar na Carreira de Especialista em Meio Ambiente.
- ✓ Criação urgente de uma frente nacional de aposentados do IBAMA e que a CONDSEF, junto com suas filiadas, organize essa frente, visando principalmente à intervenção no governo e no Congresso Nacional em prol do enquadramento dos aposentados e instituidores de pensão na Carreira de Especialista em Meio Ambiente.
- ✓ Cobrar do IBAMA que exija dos planos de saúde a disponibilização de serviços médicos emergenciais – UTI Móvel (ambulâncias) – nos municípios onde se localizam unidades do Instituto com considerável número de servidores.
- ✓ Iniciar discussão com técnicos do IBAMA, MMA e Ministério da Agricultura sobre os danos ambientais a serem causados pela expansão da produção de álcool no Brasil, visando ao abastecimento do mercado interno e externo.
- ✓ Instalação em todas as unidades do IBAMA da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.
- ✓ Iniciar uma campanha de moralização – **Diga Não à Corrupção** e que os culpados sejam punidos.
- ✓ Promover na sede e nos estados a atuação efetiva das Comissões de Ética, com o objetivo de minimizar o quantitativo de Processos Administrativo Disciplinar – PAD.
- ✓ Institucionalização das funções gratificadas para os cargos de chefia não contemplados com DAS.
- ✓ Criar um Fórum de discussão dos servidores do IBAMA, em nível nacional, visando à integridade e ao fortalecimento da instituição;
- ✓ Promover campanha contra o desmonte do IBAMA, com produção de material de divulgação padronizado em nível nacional (cartazes, faixas, calendários, camisetas, etc.), buscando recursos junto à CUT Nacional/Estadual;
- ✓ Promover articulação contra as ações da Secretaria Especial de Pesca – SEAP/PR, que buscam a retirada de competências legais pertencentes ao IBAMA.
- ✓ Incentivo por parte da CONDSEF através dos seus sindicatos a participação dos servidores nos encontros nacionais/estaduais sobre o meio ambiente e contra o desmonte do IBAMA;
- ✓ Criação de um mecanismo orçamentário e financeiro, visando à aplicação de 2% (dois por cento) da receita própria do IBAMA no Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento;
- ✓ Exigir do IBAMA a criação de política permanente de melhoria das condições de trabalho dos servidores, incluindo os recursos da compensação ambiental e garantindo a transparência da aplicação desses recursos;
- ✓ Realização de concursos públicos pelo RJU para preenchimento imediato das vagas
- ✓ remanescentes para o cargo de analista ambiental, criadas pela Lei Federal Nº 10410/02;
- ✓ Encaminhamento de projeto de lei que garanta a criação de vagas de 1500 cargos de Técnico Ambiental Federal; 700 cargos de Fiscal Federal Ambiental; e 300 cargos de Auxiliar Ambiental Federal conforme proposta do Grupo de Trabalho 2-IBAMA, junto à Comissão de Reestruturação.
- ✓ Participação da CONDSEF, visando à redação de um novo texto de PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que contemple a questão da ascensão funcional, conforme proposta da

Confederação e posterior trabalho junto ao Congresso Nacional para sua aprovação. (Ver proposta anexa)

- ✓ Ação mais incisiva da CONDSEF sobre o Governo no sentido de viabilizar, mais rapidamente, a pauta apresentada na Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente.
- ✓ Manutenção da frequência anual de realização de Encontros Nacionais de Servidores do IBAMA;
- ✓ Garantia de padronização de procedimentos para análise e tramitação de documentos e processos administrativos;
- ✓ Retorno dos planos de atividade anual das unidades, com emissão de relatório;
- ✓ Viabilização de condições decentes de trabalho, com especial atenção à aquisição de equipamentos;
- ✓ Aproveitamento do maior número possível de servidores na execução de projetos de educação ambiental;
- ✓ Criação de critérios para a aplicação dos recursos arrecadados com a reposição florestal em projetos de reflorestamento com essências florestais nativas;
- ✓ Inclusão no plano de lutas de modificação da legislação referente aos royalties de petróleo, de modo a beneficiar as unidades de conservação situadas na zona costeira e que sofrem influência da atividade;
- ✓ Participação efetiva do IBAMA nos debates sobre a transposição do Rio São Francisco, considerando que os estados de Alagoas e Sergipe serão os mais prejudicados, de modo a repudiar a forma como o assunto tem sido conduzido;
- ✓ Participação do IBAMA no Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, tendo em vista o alijamento do Instituto nas discussões e trabalhos realizados com relação ao atendimento dos compromissos firmados pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, patrocinado pela atual gestão do Ministério do Meio Ambiente;
- ✓ Criação pelo IBAMA de uma Política de Remoção, com o estabelecimento de critérios claros, transparentes e duradouros, de modo a conter a evasão dos analistas ambientais aprovados no último concurso;
- ✓ Discussão de uma política de recomposição de cargos por meio de concurso público, de forma a sempre manter o quadro de servidores o mais próximo do número ideal para o bom atendimento público e para a plena execução das tarefas do órgão;
- ✓ Repúdio do desmonte do IBAMA em virtude da retirada de algumas competências do órgão por meio da transferência de competências, como acontecido na pesca, nos transgênicos e agora concretizado na gestão de florestas públicas e na proposta de criação do Ministério da Pesca aprovada na 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pela SEAP-PR, em março de 2006,
- ✓ Conclamação para que a gestão pública de florestas ocorra dentro do âmbito do IBAMA e que este receba forte apoio institucional e estrutural do governo, para a execução de suas tarefas e seu fortalecimento;
- ✓ Discussão pelo MMA de forma transparente e com participação do IBAMA (sede e estados), da formalização das comissões bi e tripartites;
- ✓ Discussão ampla pelos servidores do IBAMA da proposta de Regimento Interno, decorrente do Decreto 5.718, de 13/03/2006, e que essa proposta considere a localização geográfica dos órgãos descentralizados do IBAMA, especialmente as gerências executivas e escritórios regionais com base em critérios técnicos e não políticos;
- ✓ Acatar o estabelecido pela Comissão de Reestruturação da Carreira, em relação aos cargos comissionados, conforme consta na proposta do GT2 – IBAMA:

Art 17 - Setenta e cinco por cento dos cargos em comissão DAS, níveis 1, 2 e 3 e cinquenta por cento dos cargos em comissão DAS, nível 4 dos cargos comissionados dos quadros de pessoal

do IBAMA serão ocupados, exclusivamente, por servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente

Parágrafo único. Os demais cargos comissionados existentes nos quadros de pessoal a que se refere o caput serão ocupados, preferencialmente, por servidores públicos de órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Art. 18 – Regulamento específico, a ser estabelecido em ato do poder executivo no prazo de sessenta dias fixará critérios complementares para recrutamento, seleção e preenchimento de cargos comissionados a que se refere o artigo anterior.

- ✓ Promoção da mobilização contra a desestruturação do IBAMA, utilizando apelos como, por exemplo : contra o desmonte do IBAMA, contra a destruição da natureza, privatização das florestas brasileiras, dentre outros;
- ✓ Implantação de conselhos gestores nas superintendências, com regras padronizadas e que permitam a participação ativa de servidores representantes, escolhidos no âmbito de assembléias das associações locais de servidores;
- ✓ Estruturação de todas as unidades descentralizadas situadas no interior;
- ✓ Realização de levantamento do grande patrimônio que o IBAMA detém, de modo a permitir o seu aproveitamento de forma racional e no interesse das competências do órgão;
- ✓ Fortalecimento do IBAMA com destinação orçamentário-financeira adequada às reais necessidades do Instituto;
- ✓ Combater a subserviência imposta por alguns superintendentes a analistas ambientais novos, face ao seu período de estágio probatório ou a situações de lotação temporária, decorrentes da evasão de unidades situadas em locais longínquos do interior do país, para as quais foram aprovados no concurso;
- ✓ Encaminhamento de nota aos servidores do IBAMA que se encontra em estágio probatório, pela CONDSEF, esclarecendo que a Constituição Federal assegura o direito de greve e participação nos destinos da Instituição, remetendo em anexo uma apresentação e ficha de filiação do sindicato local;
- ✓ Garantia de que, no âmbito do IBAMA, o estágio tenha como objetivo a capacitação acadêmica com planejamento pedagógico e não como uma forma de substituição de mão-de-obra;
- ✓ Levantamento de servidores aposentados não integrantes de ações impetradas por sindicatos e associações locais de servidores, com vistas ao seu enquadramento na Carreira de Especialista em Meio Ambiente, considerando a possibilidade de prescrição na justiça;
- ✓ Garantir que as atividades de Estado sejam executadas exclusivamente por servidores de carreira;
- ✓ Apuração transparente das denúncias encaminhadas contra servidores, principalmente daquelas relacionadas à corrupção;
- ✓ Cobrança de ampliação de apoio jurídico aos servidores que respondem judicialmente, em função do exercício do seu cargo;
- ✓ Proibição do uso de coletes do IBAMA por pessoas alheias ao quadro da instituição, excetuando-se aqueles em exercício nos cargos comissionados;
- ✓ Criação urgente do cargo de Fiscal Ambiental Federal de nível superior e do quadro complementar de Fiscal Ambiental Federal, em extinção, a ser ocupado por servidores dos níveis intermediário e auxiliar, que efetivamente exerçam as atividades de fiscalização conforme consta no relatório GT2/IBAMA. (Ver em anexo)
- ✓ Promoção imediata da revisão da Portaria IBAMA Nº 1273/98, a qual permite a inclusão e exclusão de servidores para as atividades de fiscalização;
- ✓ Participação dos servidores do IBAMA na Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais, observando a seguinte pauta:
 - Reestruturação das tabelas de remuneração,
 - Paridade entre ativos e pensionistas,

- Estruturação e reestruturação de carreiras.

Pauta atualizada dos servidores do IBAMA para a Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério do Meio Ambiente (os três primeiros itens fazem parte da pauta emergencial dos servidores do IBAMA):

- ✓ Enquadramento imediato dos servidores inativos e pensionistas no Plano de Carreira do IBAMA, em respeito à Constituição Federal, Artigo 40, parágrafo 8, mesmo considerando a redação dada pela Emenda Constitucional Nº 41/03, conforme proposta consensuada na Comissão,
- ✓ Lutar pela equiparação da gratificação concedida à Agência Nacional de Águas (ANA) a todos os servidores da Carreira de Especialista de Meio Ambiente, criada pela Lei Federal Nº 10.410/02;
- ✓ Alteração do Decreto Federal Nº 4293/02, que regulamentou o parágrafo 1º da Lei Federal nº 10410/02, com vistas à transformação dos cargos de Analista Administrativo e Técnico Administrativo em Analista Ambiental e Técnico Ambiental, respectivamente;
- ✓ Reposição das perdas inflacionárias das tabelas da Carreira de Especialista em Meio Ambiente;
- ✓ Inclusão imediata dos servidores de nível intermediário e auxiliar do Ministério do Meio Ambiente na Carreira de Especialista de Meio Ambiente, criada pela Lei Federal 10.410/02;
- ✓ Estruturação do Plano de Carreira do IBAMA vinculado a uma política de capacitação e valorização dos servidores;
- ✓ Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente;
- ✓ Acrescentar os percentuais (3,17% e 3,5%) à tabela da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, índices estes que foram concedidos pelo Governo passado, no ano de 2002;
- ✓ Concessão imediata dos adicionais por insalubridade, periculosidade e penosidade a todos os servidores do IBAMA que fizerem jus;
- ✓ Instituição de gratificação de atividade ambiental de 5 a 20% incidentes sobre o vencimento básico do servidor, nas condições a serem fixadas em regulamento enquanto estiver o servidor em efetivo exercício em unidades descentralizadas do IBAMA de difícil acesso e inóspitas.
- ✓ Viabilização institucional de seguro acidente de trabalho para todos os servidores do IBAMA;
- ✓ Criação de adicional de qualificação e gratificação de atividade ambiental para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de acordo com a proposta da Comissão de Reestruturação;
- ✓ Garantia de progressão e promoção funcional aos servidores alcançados pela Lei Federal Nº 10410/02,
- ✓ Garantia a todos os servidores do IBAMA de um plano de saúde que realmente atenda suas necessidades, em nível nacional, com o respectivo aumento da contrapartida do governo;
- ✓ Repúdio às perseguições políticas aos servidores;
- ✓ Fim da política de terceirização e das contratações temporárias, com abertura imediata de concurso público;
- ✓ Revisão de todos os contratos de prestação de serviços em andamento;
- ✓ Não realização de concursos públicos para contratações temporárias;
- ✓ Contagem do tempo de serviço em órgão público federal, dos servidores abrangidos pela Portaria Nº 542/93-P, de 16 de abril de 1993, com vistas ao reenquadramento na Carreira de Especialista em Meio Ambiente (IBAMA) e na Carreira de Ciência e Tecnologia (Jardim Botânico);
- ✓ Transparência dos convênios firmados com organizações não-governamentais e dos tratados internacionais firmados pelo Ministério do Meio Ambiente;

- ✓ Reajuste imediato do valor das diárias, levando em conta a inflação acumulada (INPC), sem diferenciação para servidores de nível auxiliar, médio e superior.

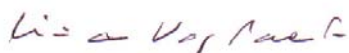
Mobilização e Calendário de Lutas:

- ✓ Unificar em nível nacional o processo de mobilização dos servidores do IBAMA
- ✓ Iniciar campanha pelo cumprimento do Termo de Compromisso assinado entre servidores e governo federal, em 2004, que visava à reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, o enquadramento dos aposentados e instituidores de pensão do IBAMA e MMA, bem como dos servidores de níveis intermediário e auxiliar do MMA na aludida Carreira, campanha essa a ser veiculada em estações de rádio, TV, imprensa escrita etc.
- ✓ Realizar assembleia geral dos servidores do IBAMA em todos os estados da Federação e do Distrito Federal, no dia 25 de abril de 2006, com proposta de indicativo de greve.
- ✓ Plenária Nacional dos Servidores do IBAMA (indicativo para o dia 28.04.06)



Pedro Armengol de Souza

Direção da CONDSEF



Mirian Vaz Parente
Coordenadora do DENTMA



Vera Élen N. Freitas
Coordenadora do DENTMA



Vânia Espinheira dos Santos
Coordenadora do DENTMA

Obs.: A CONDSEF contou também com a participação para elaboração do relatório da companheira Maria de Lourdes Souto Maior Araujo – SINDSEP/PE